



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 14/2014 – CSL/SECID
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72262/2014

EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO - SECID, através da Comissão Setorial de Licitação - CSL, inscrita no CNPJ sob Nº 10.829.387/0001-47, sediada na **Avenida Getúlio Vargas, nº 1908 – Monte Castelo/Canto da Fabril**, São Luís – Maranhão, torna público que às **15:00 do dia 22 de julho de 2014**, serão recebidas a documentação e propostas e iniciada a abertura dos envelopes relativos à **CONCORRÊNCIA** em epígrafe, do tipo **MELHOR PREÇO GLOBAL**, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos do **Código de Licitação e Contratos do Estado do Maranhão**, instituído pela Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012, com as alterações dadas pela Lei Estadual nº. 9.990, de 13 de fevereiro de 2014, do Decreto Estadual nº. 28.790 de 19 de dezembro de 2012, do Decreto Estadual nº 28.905, de 05 de março de 2013, aplicando-se também os procedimentos determinados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e demais normas pertinentes à espécie, além de atendidas as especificações e formalidades seguintes:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa de engenharia para implantação de sistema de abastecimento de água completo no povoado de Jacú II no Município de Barreirinhas-MA, observado as condições e especificações constantes no Projeto Básico e nos demais anexos deste Edital.

1.2. O preço máximo do objeto desta licitação é de **R\$ 248.250,07** (duzentos e quarenta e oito mil duzentos e cinquenta reais e sete centavos).

1.3 **O prazo para a execução da obra será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.**

2. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação empresas que atendam às condições editalícias e na fase de Habilitação, comprovem possuir os requisitos necessários à qualificação, estabelecidos neste Edital.

3. IMPEDIMENTOS

3.1. Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

3.1.1. Pessoa física ou jurídica que estejam cumprindo sanção de suspensão de licitar com a Administração Pública Estadual ou que tenha participado ou que participe de pessoa jurídica punida na forma deste subitem;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

3.1.2. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou tenha participado como proprietário, sócio, dirigente ou cotista de pessoa jurídica punida na forma deste subitem, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

3.1.3. Empresas que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, ou que esteja cumprindo as penalidades aludidas nos subitens 3.1.1 e 3.1.2;

3.1.4. Empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

3.1.5. Autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

3.1.6. Empresas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.1.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.1.8. Sociedades empresárias estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

3.1.9. Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste certame;

3.1.10 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto ou da qual o autor do projeto, seu cônjuge ou parente até 3º (terceiro) grau, seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

4. CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas que quiserem se fazer representar nesta Licitação, além dos envelopes, deverão apresentar credencial do seu representante à Comissão, que poderá ser formalizada por intermédio de instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (**Anexo IX**).

4.1.1. O instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (**Anexo IX**), deverá estar acompanhado de cópia dos seguintes documentos:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante da empresa interessada.

4.2. O credenciamento será conferido pela **Comissão** a cada Sessão Pública realizada.

4.3. É facultada a apresentação do credenciamento de que trata o **subitem 4.1**. A falta desse documento somente impedirá que o representante da licitante se manifeste ou responda pela representada durante o processo licitatório.

4.4. A licitante que comparecer representada por seu sócio ou dirigente, fica dispensada do credenciamento na forma de que trata o **subitem 4.1**, devendo comprovar esta qualidade através de cópias dos documentos indicados nas alíneas do **subitem 4.1.1**.

4.5. Não será admitida a participação de dois representantes para a mesma empresa e nem de um mesmo representante para mais de uma empresa.

4.6. Somente poderão negociar e recorrer os licitantes que estiverem presentes na sessão através de representantes credenciados na forma do subitem anterior.

5. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. As licitantes deverão apresentar toda a documentação de habilitação e proposta de preços no dia, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, em **02 (dois) envelopes lacrados e inviolados**, em cuja parte externa, além da razão social e endereço, esteja escrito:

Envelope “1” – Proposta de Preços

COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

Avenida Getúlio Vargas, nº 1908 – Monte Castelo/Canto da Fabril, São Luís – Maranhão

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

Envelope “2” – Documentação de Habilitação

COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

Avenida Getúlio Vargas, nº 1908 – Monte Castelo/Canto da Fabril, São Luís - Maranhão

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

5.2. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

5.3. Não serão consideradas propostas apresentadas por via postal, internet ou fac-símile.

5.4. Os envelopes deverão conter, obrigatoriamente, a documentação em original ou cópia **previamente** autenticada por cartório competente ou por servidor desta **Comissão, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento dos envelopes** ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.5. Os documentos insertos nos Envelopes nº 01 e 02 deverão, de preferência, ser entregues numerados seqüencialmente e na ordem indicada neste Edital, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondentes.

5.6. Após o recebimento dos envelopes das licitantes, a Presidente declarará o encerramento da admissão de novas participações, de forma que nenhuma outra licitante será autorizada a participar do certame.

5.7. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implicará a submissão às normas constantes da legislação que rege a matéria e ao presente Edital e seus Anexos.

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A **Proposta de Preços** deverá ser apresentada em 01 (uma) via, numerada seqüencialmente e sem rasuras ou entrelinhas, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante da empresa, em papel timbrado, devendo conter:

a) **Carta Proposta**, no modelo do **ANEXO XIV**, assinada por titular da empresa ou pessoa legalmente habilitada, em papel timbrado, identificando os serviços, o número do Edital, o prazo de execução, o preço, o valor total dos serviços, em algarismos e por extenso, em Reais, esclarecendo que o mesmo se refere ao mês de apresentação da **Proposta**.

a.1) No preço total do serviço deverão estar inclusos todas as despesas com o fornecimento de materiais, mão-de-obra, veículos e transporte, incidentes direta ou indiretamente na execução dos serviços.

b) **Planilha Orçamentária**, assinada na última folha e rubricado nas demais, de acordo com os quantitativos da Planilha Orçamentária constantes do **ANEXO V** deste Edital, com preço unitário e total dos itens, em algarismos, e o valor total em algarismos e por extenso, na moeda nacional, já incluído todos os custos seja qual for o seu título ou natureza (frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas etc.);



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

c) **Planilha de Composição de Preços Unitários**, ofertado por item e subitem indicados nas planilhas orçamentárias, constando unidades e insumos com respectivos consumos, discriminando os percentuais de BDI e encargos sociais aplicados;

d) **Demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o BDI** – Benefício e Despesas Indiretas aplicado, de acordo com modelo anexo ao projeto básico, desde que contenha as informações pertinentes e observadas as restrições quanto à apropriação de despesas com o IRPJ e CSLL firmadas reiteradamente em decisões do Tribunal de Contas da União;

e) **Cronograma Físico-Financeiro** para o objeto proposto, compatível com o prazo de execução dos serviços, em modelo próprio, desde que contenha todas as informações solicitadas, devendo respeitar os limites de desembolso previstos no **ANEXO V**;

f) **Planilha de Composição de Encargos Sociais**, em modelo próprio, desde que contenha as informações pertinentes;

g) **Prazo** de validade da Proposta não podendo ser inferior a **60 (sessenta) dias** contados da data da abertura da sessão do processo licitatório.

g.1) As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

h) **Prazo de execução da Obra: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço**, podendo ser prorrogado conforme preceitua o disposto no Art. 91, § 5º (I a VII) da Lei Estadual 9.579 de 12/04/2012.

l) **Declaração** de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, podendo ser utilizado o modelo constante do **ANEXO XII**, ou modelo próprio da licitante, desde que contenha a informação de que tem conhecimento e atende plenamente as exigências de habilitação, na forma do art.18, inciso VI do Decreto Estadual nº 28.790, de 19 de dezembro de 2012.

6.2. **Certidão** emitida pela Junta Comercial competente que comprove o enquadramento da licitante como **Micro Empresa** ou **Empresa de Pequeno Porte** nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, somente para efeito do disposto nos artigos 43 a 45 da citada Lei.

6.2.1. As licitantes que estiverem obrigadas à apresentação da Certidão prevista no subitem 6.2 deste Edital, poderão utilizar-se deste mesmo documento para comprovar o enquadramento acima previsto, desde que a citada Certidão faça referência expressa à Lei Complementar nº 123/2006.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

6.3. Os documentos exigidos nas **alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f”**, do subitem **6.1**, nos termos dos artigos 7º e 14 da Lei n.º 5.194 de 24 de dezembro de 1966 e da Resolução n.º 282 de 24 de agosto de 1983 – **CONFEA** deverão, necessariamente, ser assinados pelo representante legal da empresa e por Engenheiro registrado no **CREA/CAU**, com identificação e número do seu registro.

6.4. A **Comissão** ou a **SECID** poderão solicitar aos licitantes a prorrogação do prazo de validade das Propostas. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a Proposta não poderá ser modificada.

6.5. Na hipótese do Processo licitatório vir a ser interrompido, os prazos de validade das propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que estiver suspenso.

6.6. Na hipótese do Processo licitatório vir a ser interrompido, os prazos de validade das propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que estiver suspenso.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.1. O Envelope n.º 2, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o disposto no **subitem 5.1** deste Edital deverá conter, em via única, na forma estabelecida no **subitem 5.2**, a seguinte documentação:

7.1.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual;

7.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

7.1.1.3. Ato constitutivo, inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos) no caso de Sociedades simples acompanhada da prova de Diretoria em exercício.

7.1.1.4. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil.

7.1.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

7.1.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ ou no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CNPJ);

7.1.2.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

7.1.2.3. Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal**, do domicílio ou sede da licitante, através de:

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débito Relativo às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros – **CND/INSS** válida para quaisquer das finalidades previstas na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e suas alterações, bem como as da Lei Federal nº 8.870, de 15 de abril de 1994, **exceto para Averbação de Imóveis, Baixa de Firma Individual ou de Empresário e Registro ou Arquivamento de Alterações Contratuais**;

7.1.2.4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da licitante, através de:

- Certidão Negativa de Débitos Fiscais;
- Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

7.1.2.4.1. Quando a regularidade prevista no subitem anterior for comprovada por apenas uma Certidão, caberá ao licitante demonstrar a referida situação, conforme **subitem 7.1.7** do Edital.

7.1.2.5. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, relativa a ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e TLF - Taxa de Localização e Funcionamento, através de:

- Certidão Negativa de Débitos Fiscais;
- Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

7.1.2.5.1. Quando a regularidade prevista no subitem anterior for comprovada por apenas uma Certidão, caberá ao licitante demonstrar a referida situação, conforme **subitem 7.1.7** do Edital.

7.1.2.6. Prova de Regularidade Relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, comprovada mediante a apresentação da:

- **CRF** - Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

7.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da:

- **CNDT** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

7.1.3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove a boa situação financeira da empresa nas condições seguintes:

a) Obtenção dos índices: **LIQUIDEZ GERAL (ILG)** e **ENDIVIDAMENTO TOTAL (IET)**, calculados através da aplicação das fórmulas abaixo declinadas, devendo atender os valores ali estabelecidos:

► **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: (ILG)**

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,00$$

► **ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL: (IET)**

$$\text{IET} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \leq 0,60$$

b) A licitante deverá comprovar Capital Social correspondente a no mínimo 10% (cinco por cento) do valor estimado para a contratação.

7.1.3.1.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura;

7.1.3.1.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial ou;
- b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
- d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.

7.1.3.1.3. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

7.1.3.1.4. A pessoa jurídica optante do **Sistema de Lucro Presumido**, que no decorrer do ano-calendário, mantiver Livro Caixa nos termos da Lei nº 8.981, de 20.01.1995, deverá apresentar, juntamente com o Balanço Patrimonial, cópias dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Caixa.

7.1.3.2. **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a **60 (sessenta) dias** de antecedência da data de apresentação da Documentação e Proposta, quando não vier expresso o prazo de validade.

7.1.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.4.1. Certificado de Registro e Quitação ou inscrição da licitante, bem como de seu(s) responsável (is) técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – **CREA** ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão – **CAU/MA** da região da Sede da Empresa, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – **CREA** ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – **CAU/MA**;

7.1.4.2. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro efetivo, na data prevista para entrega da proposta, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Civil e Geólogo, devidamente inscritos junto ao Conselho Regional CREA, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto em questão.

7.1.4.3. Comprovante de que possui em seu quadro permanente na data prevista para entrega dos envelopes, como seu Responsável Técnico, profissional de nível superior, detentor de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no **CREA** ou no **CAU/MA**, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – **CAT**, por execução de serviços com características técnicas semelhantes ao objeto desta licitação.

7.1.4.3.1. A comprovação do vínculo empregatício do Responsável Técnico será feita mediante cópia do Contrato de Trabalho com a empresa, constante da Carteira Profissional ou da Ficha de Registro de Empregados (**FRE**) que demonstre a identificação do profissional, com o visto do Ministério do Trabalho, ou mediante certidão do **CREA** ou do **CAU/MA**, devidamente atualizada ou contrato de Prestação de Serviços devidamente registrado no **CREA** ou no **CAU/MA** da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

7.1.4.3.1.1 É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

7.1.4.3.2. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da mesma ou Certidão do **CREA** ou do **CAU/MA**, devidamente atualizados.

7.1.4.4. Comprovação de Aptidão de Desempenho Técnico da Licitante, através de atestados ou certidões fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – **CREA** ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão – **CAU/MA**, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – **CAT** que comprove(m) ter a empresa executado para órgão ou entidade da Administração Pública, ou ainda, para empresa privada, serviços com características técnicas similares às do objeto do presente Edital.

7.1.4.5. Declaração da licitante de que disponibilizará os equipamentos necessários e suficientes para utilização nos serviços, e que os mesmos encontram-se em condições de produção plena, obrigando-se a Proponente vencedora a substituir imediatamente qualquer equipamento que, a juízo da SECID não apresente rendimento satisfatório e sem que tal substituição represente qualquer ônus para a Contratante.

7.1.4.6. Declaração formal e expressa da licitante indicando o(s) responsável(véis) técnico(s) que se responsabilizará(ão) pela execução dos serviços (**ANEXO X**), devendo este(s) fazer(em) parte do Quadro Permanente da licitante, na data da realização da licitação.

7.1.4.7. A SECID tem a prerrogativa de aferir a capacidade técnica operacional da empresa por meio de uma vistoria às instalações físicas, a fim de comprovar as condições operacionais e a existência física da mesma, conforme **ANEXO I**.

7.1.5. OUTROS DOCUMENTOS:

7.1.5.1. **Certidão Simplificada** da Junta Comercial do Estado do Maranhão - **JUCEMA**, de acordo com o art. 1º do Decreto nº 21.040 de 17 de fevereiro de 2005, para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão.

7.1.5.2. **Declaração** de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos termos do **ANEXO XI**.

7.1.5.3. **Declaração de Visita Técnica**, expedida pela licitante, conferido e atestado por responsável técnico da SECID declarando ter a mesma visitado o



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

local e tomado conhecimento das condições para execução da obra, conforme modelo do **ANEXO XV** . Essa declaração será juntada a documentação de habilitação.

7.1.6. Não será concedida a prorrogação do prazo para a apresentação dos documentos exigidos, salvo no caso de licitante que comprove, nos termos do **item 6.1.5.4** deste Edital, a sua condição de **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, cujos documentos apresentados para efeito de comprovação de regularidade fiscal relacionadas no **item 7.1.2 (7.1.2.1 a 7.1.2.6)**, tenham alguma restrição. A esta licitante, conforme estabelecido no § 1º, art. 43 da Lei Complementar 123/2006, fica assegurado o prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do momento que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da **Comissão**, para reapresentação da documentação devidamente regularizada.

7.1.6.1. A não reapresentação da documentação devidamente regularizada no prazo previsto neste **item 7.1.6** implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 96 da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

7.1.7. É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

7.1.8. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo e não será devolvida à proponente

7.1.9. A apresentação do **Certificado de Registro Cadastral - CRC**, expedido pela Comissão Central Permanente de Licitação – Cadastro de Fornecedores, localizado na Avenida Senador Vitorino Freire, nº 26-D, Sala 05 – Viva Cidadão – Unidade Praia Grande – Projeto Reviver, fone: (98) 3231-6831 – São Luís/MA, ou por Órgão que a antecedeu, ou de outro órgão da Administração Pública Federal ou de outros Estados, poderá substituir os documentos enumerados nos **subitens 7.1.1 e 7.1.2 (7.1.2.1 e 7.1.2.2)**, obrigando-se a licitante apresentar a **Declaração da Superveniência de Fato Impeditivo da sua Habilitação**, no modelo do **ANEXO XIII** deste Edital.

8. JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. Na Sessão divulgada no preâmbulo deste Edital, à vista dos licitantes presentes serão abertos os **ENVELOPES Nº 01 – Proposta de Preços**, divulgando a **Comissão**, aos licitantes presentes, as condições oferecidas pelos participantes, sendo as propostas rubricadas pelos mesmos e pelos membros da **Comissão**.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

8.2. Na apreciação e julgamento das propostas, a **Comissão** levará em consideração, exclusivamente, o critério de **MELHOR PREÇO GLOBAL**.

8.3. A **Comissão** examinará somente a proposta que apresentar o melhor preço, após verificado possível empate com base na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, somente se houver desclassificação dessa, procederá o exame da seguinte, observada a ordem crescente de preços.

8.4. As propostas de **microempresas** e de **empresas de pequeno porte** que forem iguais ou até **10%** (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada, devendo estas proponentes serem convocadas na ordem de classificação, uma na falta da outra, para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, se for do seu interesse, situação em que após análise desta, poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado.

8.4.1. Aplica-se o disposto neste item somente no caso da proposta inicialmente mais bem classificada não ter sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte.

8.5. As propostas serão analisadas e comparadas com os critérios e especificações preestabelecidas neste Edital, podendo a **Comissão** convocar os licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, que venham facilitar o entendimento da mesma na fase do julgamento.

8.6. Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será rejeitada.

8.7. O Presidente da **Comissão** poderá, a qualquer tempo, em sessão pública, negociar os preços visando aumentar as vantagens em favor da Administração, não podendo, porém, alterar o objeto ou condições de classificação e habilitação, nos termos do inciso XIX, art.18 do Decreto Estadual nº 28.790, de 19 de dezembro de 2012.

8.7.1. A **Comissão** poderá formular contraproposta diretamente ao **licitante** que tenha apresentado a proposta mais vantajosa, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.8. Em caso de absoluta igualdade de preços, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no art. 65, § 4º, incisos I a VI da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012, proceder-se-á ao desempate, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

8.7. **Serão desclassificadas as propostas que:** (Art. 65, III e § 1º, I e II da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012).

- a) Não atenderem as exigências deste Edital, incluindo os seus anexos ou ainda, contenham cotação para serviços não previstos, variantes, ou oferecerem vantagens não previstas no instrumento convocatório.
- b) Apresentarem preços superiores aos preços praticados no mercado ou preços inexequíveis;
- c) Apresentarem preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
- d) Apresentarem preços ou quaisquer outras condições baseadas em cotação de outra licitante.
- e) Alterarem a planilha de quantitativos fornecida pela SECID (acréscimos, diminuições, supressões de quantitativos e/ou itens e subitens da planilha).

8.8. A **Comissão** poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre a **PROPOSTA** sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente na Proposta.

8.8.1. Caso se verifique na proposta a ocorrência de composição de encargos sociais e/ou de composição de preços unitários em desacordo com as exigências deste Edital e legislação vigente, a licitante deverá apresentar Relatório Técnico circunstanciado justificando a composição e os preços dos serviços, no prazo de 05 (cinco) dias após a solicitação da Comissão.

8.8.2. Caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas pelo Setor Técnico da SECID, será solicitado à licitante para readequar sua proposta aos percentuais e respectivos valores admitidos pela SECID, sob pena de ter sua proposta desclassificada se assim não proceder.

8.9. Não serão consideradas Propostas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores como também não serão admitidas propostas com preço total ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.10. Nas hipóteses de interposição de recursos ou suspensão do procedimento licitatório os prazos de validade das Propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que o referido processo estiver suspenso.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

8.11. Quando todas as Propostas de Preços forem desclassificadas a **Comissão** poderá fixar-lhes prazo de **03 (três) dias úteis** para a apresentação de novas propostas, nos termos do art. 65, § 2º da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012.

8.11.1. Não sendo apresentadas novas propostas no prazo indicado pela Comissão, observado o disposto no item anterior, a licitação será declarada fracassada.

8.12. Após declarada aceita a proposta, havendo interesse de recorrer da decisão, por parte de qualquer representante, este deverá aguardar o momento próprio para registrar sua intenção de recorrer, nos termos do § 1º, artigo 102 da Lei Estadual nº 9.579, de 12 de abril de 2012.

9. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1. O julgamento da **HABILITAÇÃO** será processado com observância dos seguintes procedimentos:

9.1.1. Sendo aceitável a proposta com o **MELHOR PREÇO GLOBAL** será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado procedendo-se ao respectivo exame;

9.1.2. O exame da documentação poderá ocorrer na própria sessão ou em reunião reservada da Comissão:

9.1.2.1. Concluído o exame da documentação na sessão, a Comissão declarará **HABILITADO** ou **INABILITADO** o licitante, em vista dos critérios estabelecidos neste Edital.

9.1.2..2. Decidindo pelo exame da documentação em reunião reservada, a Comissão suspenderá a sessão, a ser retomada em data e horário informados aos licitantes ou mediante notificação, com antecedência de pelo menos quarenta e oito horas, para a continuação dos trabalhos, quando divulgará o resultado da fase de habilitação.

9.2. Habilitada a empresa que apresentou a proposta de melhor preço, será divulgada em sessão pública, como vencedora do certame ocasião em que será(ão) tomada(s) a termo a(s) intenção(ões) de recurso.

9.3. A Comissão poderá em qualquer fase da habilitação promover diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados, sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente nos documentos consoante permite o art. 62, § 1º da Lei Estadual 9.579 de 12/04/2012.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

9.4 No julgamento da **DOCUMENTAÇÃO** a **Comissão** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, mediante justificativa fundamentada, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.5. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela **Comissão**.

9.6. Quando todas as licitantes forem inabilitadas a **Comissão** poderá fixar o prazo de **03 (três) dias úteis** para a apresentação de novos envelopes, nos termos do art. 66, § 3º da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012.

9.7. Os envelopes de **Habilitação** que não foram abertos na sessão pública, não reclamados no prazo de **30 (trinta) dias** a contar da data da Adjudicação do objeto desta Licitação, ao vencedor do certame, serão destruídos pela **Comissão**, independentemente de notificação ao interessado.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Dos atos da administração decorrentes da aplicação deste Edital, cabem:

10.1.1. Recurso, **no prazo de 03 (três) dias úteis**, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

- I - anulação ou revogação da licitação;
- II - proclamação do resultado da licitação;

10.1.2. Representação, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

10.1.3. Pedido de Reconsideração de decisão do Secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano, na hipótese do art. 96, inciso IV da Lei n.º 9.579 de 12 de abril de 2012, no prazo de **10 (dez) dias úteis** da intimação do ato, nos termos do artigo 109, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.2. Do julgamento das propostas e habilitação caberá apenas um recurso, antes da adjudicação, nos termos do § 1º, artigo 102, da Lei Estadual nº 9.579, de 12 de abril de 2012.

10.3. O recurso é dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual pode reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis** ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado. Nesse caso, a autoridade superior deve proferir sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento nessa instância, sob pena de responsabilidade.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

10.4. Declarado o vencedor, a **Comissão** concederá prazo dentro da sessão para que os licitantes presentes e credenciados na forma deste Edital possam, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso.

10.5. A ausência do licitante credenciado na sessão caracterizará sua renúncia ao direito de recorrer, na forma do art. 18, inc. XXXII, do Decreto nº 28.790 de 19 de dezembro de 2012.

10.6. Não havendo interesse em recorrer, a Comissão procederá à adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

10.7. Havendo manifestação da intenção de recurso, observadas as disposições do art. 62, incisos de IX a XVI, da Lei Estadual nº 9.579, de 12 de abril de 2012, a Comissão:

10.7.1. Resumirá a motivação, ordenando o registro em ata;

10.7.2. Procederá a leitura do resumo da motivação lavrada na ata;

10.7.3. Consultará o recorrente sobre o interesse em oferecer razões de recurso por escrito, concedendo, nesse caso, o prazo de 03 (três) dias úteis;

10.7.4. Em observância ao § 5º do art. 105 da Lei Estadual nº 9.579, de 12 de abril de 2012, esclarecerá a data de início da contagem do prazo, quando os autos não forem disponibilizados imediatamente, ou no mesmo dia;

10.7.5. Se houver interesse na apresentação de razões de recursos, informará aos demais presentes, que terão o mesmo prazo para apresentar contrarrazões, correndo o prazo na sequência daquele concedido ao recorrente;

10.7.6. Registrará, na ata, o dia e hora que vencem os prazos de apresentação de razões e contrarrazões de recurso, informando aos presentes;

10.7.7. Alertará aos presentes, se entender necessário, para os efeitos jurídicos dos recursos meramente protelatórios e as penalidades previstas para o caso;

10.8. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO.

11.1. Não havendo interposição de recurso quanto ao resultado da classificação, ou após o seu julgamento, a Comissão adjudicará o objeto da licitação ao vencedor, submetendo tal decisão ao **Secretario de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano** para homologação.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

11.2. Homologada a licitação, a empresa adjudicatária será convocada, para no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, comparecer para assinar o Contrato consoante Minuta constante no **Anexo XVI** deste Edital.

11.2.1. O prazo de convocação estabelecido neste item poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela Adjudicatária, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela **SECID**.

11.2.2. A recusa injustificada da Empresa adjudicatária em assinar o Termo Contratual, dentro do prazo estabelecido neste subitem caracteriza o desatendimento total da obrigação por ela assumida, sujeitando-se as penalidades cabíveis de suspensão temporária de participar em licitações e do seu impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório, caso em que a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID, consoante determina o Art. 96, § 1º, IV da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados;

b) Proceder à nova licitação;

11.2.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.3. Constam no **Anexo XVI – Minuta do Contrato**, as condições e os demais elementos necessários à execução dos serviços, tais como: valor, prazos, condições de pagamento, condições de recebimento dos serviços, responsabilidades das partes, garantias, sanções e tudo o mais relacionado com o objeto da contratação, de acordo com os requisitos legais do Art. 76 da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012 e suas alterações.

11.4. As alterações contratuais, se houver, serão formalizadas por Termos Aditivos, numerados em ordem crescente, sendo-lhes exigidas as mesmas formalidades do contrato originalmente elaborado, inclusive quanto a parecer jurídico, atualização da documentação de habilitação e garantia de contrato.

11.5. No ato da assinatura do Contrato a adjudicatária estabelecida no Estado do Maranhão, deverá apresentar prova de regularidade com **CAEMA** através de Certidão Negativa de Débito, conforme Decreto Estadual n.º 21.178, de 26 de abril de 2005.

11.6. Como condição para a assinatura do Contrato, a **SECID** procederá consulta prévia ao **Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI** para a verificação da



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

situação da Adjudicatária em relação às obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, consoante determina o art. 5º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de junho de 1996.

11.7. No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar **Certificado de Regularidade**, expedido pela **Superintendência Regional do Ministério do Trabalho no Maranhão**, conforme Lei Estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013.

11.8. A CONTRATADA deverá contratar egressos do sistema prisional, conforme determina a Lei Estadual nº 9.116, de 11 de janeiro de 2010.

11.8. A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.9. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até **25%** (vinte cinco por cento) do valor do contrato.

11.10. A SECID se reserva o direito de emitir Ordem de Serviço Parcial, de acordo com a disponibilidade financeira do exercício, devendo o cronograma físico-financeiro do serviço ser adequado à mesma.

11.11 O Secretário da SECID poderá revogar a licitação por razões de interesse público ou anulá-la, de Ofício ou por provocação de terceiros, quando o motivo assim justificar, consoante dispõe o Art. 68, § 1º e 2º da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012.

11.11.1. A anulação do certame induz à do contrato.

11.11.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Para fazer face aos desembolsos do objeto desta licitação, serão usados recursos financeiros consignados na seguinte dotação:

UNIDADE GESTORA:	12101
PROJETO ATIVIDADE:	3100
FUNÇÃO:	15
SUB-FUNÇÃO:	572
PROGRAMA:	0553
FONTE:	0101000000
PLANO INTERNO:	PRIOR276A
ELEMENTO DESPESA:	4.4.90.00



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

ITEM: 49000
VALOR: 284.250,07

12.2. Os preços serão os unitários da proposta inicial e para os não constantes nesta, serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitando os limites do subitem 17.15 das Disposições Finais.

12.3. Os pagamentos serão efetuados na forma e local indicados pelo CONTRATANTE, observadas as normas administrativas em vigor.

12.4. A CONTRATADA deverá apresentar à SECID a fatura, de acordo com cada medição, considerando-se este como o momento do adimplemento da etapa.

12.4.1. O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com o Projeto Básico a partir da apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Fatura, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar, no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco, o n.º da Agência e da Conta-Corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitido alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

12.5. As faturas serão mensais, expressas em reais, e deverão estar de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado pela SECID, sendo que o pagamento da primeira medição só será efetuado com a apresentação da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do serviço junto ao CREA/MA e/ou CAU/MA, e documentos que comprovem que o serviço foi inscrito junto ao INSS.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 96, I a IV da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012)

13.1. Pela inexecução total ou parcial ou ainda por atraso no cumprimento das obrigações pelo Contratado, a Administração pode, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência escrita;
- b) **Multa de 10%** (dez por cento), sobre o valor não executado do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito do contratante;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.
- d) Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

Pública, pelo prazo previsto na alínea anterior ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação.

13.2 Nos casos de inexecução total do Contrato, por culpa exclusiva da Contratada, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e assinar contrato com a Administração

13.3 Nos casos de fraude na execução do Contrato cabe a declaração de inidoneidade para licitar e assinar contrato com a Administração.

13.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de multa.

13.4 As multas serão recolhidas no prazo máximo de **15 (quinze) dias** contados da Notificação oficial

13.5 As penalidades somente poderão ser relevadas, caso sejam apresentadas justificativas, por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis, a critério da autoridade competente, observado o disposto nos §§ 3º e 4º, artigo 96, da Lei Estadual nº 9.579, de 12 de abril de 2012

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

14.2. É facultado a Presidente ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência e/ou solicitar parecer técnico de pessoa integrante ou não do quadro da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida. (Artigo 18, § 1º, I e II, do Decreto Estadual nº 28.790/2012).

14.3. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.4. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Estado do Maranhão, em nenhum caso será responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

14.5. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a data da abertura desta licitação e alteradas as condições do presente Edital.

14.6. Caso haja alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento dos envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.7. Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela **COMISSÃO**, com base na Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012 e suas alterações, no Decreto Estadual nº 28.790 de 19 de dezembro de 2012, no Decreto Estadual nº 28.905 de 05 de março de 2013, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

14.9. As licitantes deste processo sujeitam-se a todos os seus termos, condições e normas, especificações e detalhes, que se comprometem a cumprir plenamente, independentemente de qualquer manifestação escrita ou verbal.

14.10 Este edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na **Comissão Setorial de Licitação – CSL/SECID**, na **Avenida Getúlio Vargas nº 1908 – Canto da Fabril/Monte Castelo, São Luís – Maranhão**, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 18 horas, mediante a entrega de CD ou *pen drive*.

14.10.1. Este edital também se encontra à disposição dos interessados na página **www.secid.ma.gov.br**, apenas para consulta.

14.10.2. As eventuais alterações e esclarecimentos aos termos do Edital serão repassadas somente aos adquirentes que procederem de acordo com o item seguinte.

14.11. Ao adquirir o edital, o interessado deverá declarar o endereço em que receberá notificação e ainda comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço fornecido.

14.12. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido junto à **Comissão** no prazo decadencial de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da publicação. A **Comissão** deverá responder os pedidos de informações e esclarecimentos sob o objeto impugnado em até **02 (dois) dias úteis**, conforme previsto no Art. 51, §1º, inciso I, “a” c/c §2º da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012, alterada pela Lei Estadual nº 9.990 de 13/02/2014.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

14.13. A CONTRATADA deverá cumprir a Legislação Específica sobre segurança e Medicina do Trabalho, conforme exigido pelo Ministério do trabalho e estabelecido nos termos da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977.

14.14. O quadro do pessoal da CONTRATADA, deverá ser constituído de elementos competentes, hábeis e disciplinados, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade, e ter registro em carteira de trabalho, sob pena de paralisação dos serviços.

14.15. A CONTRATADA deverá fornecer obrigatoriamente, a todos os seus empregados, sem ônus para os mesmos e para a SECID, os EPI'S a que se refere a NR – 06 da Portaria 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho.

14.16. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

14.17. O resultado desta licitação será comunicado no mesmo dia do julgamento, proferindo-se no dia da abertura, ou mediante publicação na Imprensa Oficial.

14.18. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no endereço da Comissão Setorial de Licitação-CSL, **até 10 (dez) dias úteis**, após a publicação do extrato do Contrato, após o que serão destruídos pela Presidente.

14.19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento.

14.20. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano- SECID.

14.21. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

14.22. Integram o presente Edital, independentemente de transcrição, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Projeto Básico
ANEXO II	Tabela de Composição de BDI
ANEXO III	Tabela de Composição de Encargos Sociais.
ANEXO IV	Especificações Técnicas.
ANEXO V	Planilhas Orçamentárias e Cronogramas.
ANEXO VI	Relatório Fotográfico.
ANEXO VII	Projeto



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

ANEXO VIII	Modelo de Placa de Obra.
ANEXO IX	Modelo de Carta Credencial para Representante.
ANEXO X	Modelo de Declaração de Indicação do Responsável Técnico.
ANEXO XI	Declaração de Pessoa Jurídica.
ANEXO XII	Modelo de Declaração Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação
ANEXO XIII	Modelo de Declaração Negativa de Fato Impeditivo da Habilitação.
ANEXO XIV	Modelo de Carta Proposta
ANEXO XV	Declaração de Visita.
ANEXO XVI	Minuta do Contrato

14.21 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca da Capital do Estado do Maranhão, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Luís, 03 de julho de 2014.

Rayssa Regina Belo do Nascimento
Presidente da Comissão Setorial de Licitação.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

**PROJETO BÁSICO PARA A
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE
ENGENHARIA PARA
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA
COMPLETO NO POVOADO JACÚ
II NO MUNICÍPIO DE
BARREIRINHAS - MA.**



**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID**

SUMÁRIO

INFORMAÇÕES GERAIS

- 1. DO OBJETO.**
- 2. DA JUSTIFICATIVA.**
- 3. DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA**
- 4. TERMINOLOGIA**
- 5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**
- 6. DA FISCALIZAÇÃO**
- 7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 8. DO VALOR E PRAZO**
- 9. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA**
- 10. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE**
- 11. DO PAGAMENTO**
- 12. DO RECEBIMENTO**

ANEXOS



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

1. DO OBJETO

Visa o presente Projeto Básico a contratação de empresa de engenharia para implantação de sistema de abastecimento de água completo no Povoado Jacú II no município de Barreirinhas - MA.

2. DA JUSTIFICATIVA

A questão do saneamento requer atenção devido à necessidade muito grande dos moradores em obter água de qualidade a fim de atender suas necessidades vitais. A falta de melhores condições de saneamento potencializa, dentre outras coisas, a ocorrência de doenças de veiculações hídricas com a redução considerável dos índices de higiene e limpeza da população.

Objetivando a melhoria de qualidade na distribuição da água, propomos através deste, Implantação de rede de distribuição de água no Povoado Jacú II.

3. DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA

A empresa interessada deverá apresentar Atestado de Visita Técnica, modelo em Anexo, para conhecimento geral e logístico do local da obra, assinada pelo Responsável Técnico da empresa e por representante da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID. A participante deverá agendar a visita por telefone no número (98) 3133-1422 ou por e-mail no endereço eletrônico sadu@secid.ma.gov.br.

4. TERMINOLOGIA

Neste Termo, são adotadas as seguintes definições:

- **CONTRATANTE:** órgão que contrata a construção dos poços.
- **CONTRATADA:** empresa contratada para a execução da construção dos poços.
- **FISCALIZAÇÃO:** atividade exercida de modo sistemático pelo contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

A FISCALIZAÇÃO ficará a cargo da Secretaria Estadual das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão a qual nomeará um técnico, arquiteto ou engenheiro, fiscalização da execução das obras.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas que servirão para orientar a implantação de sistema de abastecimento de água no povoado Jacú II estão em anexo. Todos os serviços deverão ser executados segundo as Normas Técnicas Brasileiras e demais normas pertinentes e deverão contar, nas suas execuções, com responsáveis técnicos regularmente inscritos e em dia com nos Conselhos Regionais de Engenharia e/ou Arquitetura – CREA/CAU.

6. DA FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO se exercerá em caráter permanente por intermédio de pessoal especializado da SADU/SECID, designado para este mister.

Caberá exclusivamente à CONTRATADA, refazer os serviços não aprovados pela fiscalização.

A CONTRATADA deverá manter ou construir, no canteiro de serviços, acomodações para que o pessoal da FISCALIZAÇÃO possa exercer sua função com relação aos serviços objeto do contrato firmado.

Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA e vice-versa far-se-á sempre por escrito, através do Livro de Obras, assinada por seus representantes credenciados nas devidas oportunidades, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

A CONTRATADA será obrigada a afastar imediatamente do serviço e do canteiro de obras, todo e qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA deverá proporcionar à FISCALIZAÇÃO, amplo acesso a qualquer local dos serviços e facilitar, ainda, os meios no sentido de que a mesma possa exercer suas funções de modo completo, devendo, também, providenciar o imediato atendimento de todas as observações das Fiscalizações da SECID.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de registro e quitação ou inscrição da licitante, bem como de seu(s) responsável (is) técnico(s), junto ao Conselho Regional CAU/CREA



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia –CREA;

b) Acervo técnico do(s) profissional (is) indicado(s) na Comprovação do licitante, por execução das obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, que será (ão) o(s) profissional (is) responsável (is) técnico pela obra.

O fornecimento de 01(um) ou mais atestado de capacidade técnica, em nome da licitante emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução anterior de obras com características semelhantes ao objeto de licitação. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART que lhe deu origem ou acompanhando do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.

c) A SECID tem a prerrogativa de aferir a capacidade técnica operacional da empresa por meio de uma vistoria às instalações físicas, a fim de comprovar as condições operacionais e a existência física da mesma.

8. DO VALOR E DO PRAZO.

O valor global da obra é de R\$ 284.250,07 (Duzentos e oitenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais e sete centavos).

O prazo de execução da obra será de 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura da ordem de serviço.

9. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA.

a) Analisar todo o projeto de forma minuciosa todas as especificações e projetos de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar a fiscalização, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão.

b) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernente à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.

c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do art.618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para a SECID.

d) Também assim, garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o recebimento definitivo.

e) Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação da funcionalidade da obra pela SECID.

f) Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, engenheiro responsável com plenos poderes de decisão na área técnica e com registro Junto ao CREA.

g) Executar às suas expensas, todos os serviços, que se fizerem necessárias e indispensáveis à execução da obra.

h) Está obrigada a colocar e manter no local da obra, placa discriminando o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor, modelo de placa a ser fornecida em conformidade com o modelo em anexo estabelecido pela SECID.

10. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE.

É compromisso do CONTRATANTE, o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

11. DO PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado com apresentação da Nota Fiscal e Nota Fatura emitida pela CONTRATADA, depois de medidos e aceitos os serviços pela FISCALIZAÇÃO da SECID, que conferirá e testará a sua execução em conformidade com o cronograma físico-financeiro integrante dos autos, mediante provas de recolhimento previdenciários e fiscais, a que estiver sujeita a CONTRATADA e comprovada à identificação da obra.

A CONTRATADA deverá apresentar obrigatoriamente, juntamente com Nota Fiscal e Nota Fatura, as certidões e sua regularidade fiscal.

A SECID reservar-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondem às especificações apresentadas na proposta.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

12. DO RECEBIMENTO.

O recebimento dos serviços será efetuado pela FISCALIZAÇÃO da SECID, nomeada pelo Secretario Adjunto de Desenvolvimento Urbano para tal finalidade, acompanhado do responsável técnico da empresa, observando as disposições contidas no edital e nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO II

TABELA DE COMPOSIÇÃO DE BDI



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO III

TABELA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO IV

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
(CD ROM)



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO V

PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E CRONOGRAMA
(CD ROM)



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO VI

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO VII

PROJETO
(CD ROM)



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO VIII

ANEXO 08 - MODELO DA PLACA DE OBRA

(CD ROM)



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO IX

MODELO DE CARTA CREDENCIAL PARA REPRESENTANTE

À
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID
NESTA

Ref.: Concorrência nº 014/2014 – CSL/SECID

A empresa (razão social da licitante) com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, credenciar o (a) Sr.(a) _____ portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____ a participar da **CONCORRÊNCIA Nº 014/2014- CSL/SECID**, cujo objeto trata-se da construção civil para contratação de empresa de engenharia para implantação de sistema de abastecimento de água completo no Povoado Jacú II no município de Barreirinhas no Estado do Maranhão, conforme descrito nos itens a seguir, na qualidade de representante legal da empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____ em qualquer fase do certame, bem como formular desistência da interposição de Recursos, assinar e/ou rubricar declarações e propostas, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar os demais atos inerentes ao procedimento.

Atenciosamente,

Local e data

(identificação e assinatura do responsável legal em papel timbrado da empresa)



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

À
Comissão Setorial de Licitação – CSL/SECID
NESTA

Ref.: Concorrência nº 014/2014 – CSL/SECID

Prezados Senhores,

A empresa (razão social da licitante) com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, indicar o(s) Engenheiro(s) _____ portador da RG nº _____, CPF nº _____, registro no CREA nº _____ e registro no CAU/MA nº _____ como responsável(is) técnico(s) na implantação de sistema de abastecimento de água completo no Povoado Jacú II no município de Barreirinhas no Estado do Maranhão, conforme descrito nos itens a seguir o, objeto da licitação **CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 CSL/SECID**.

Local, data e assinatura.
(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação).



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA N° 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

À
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID
NESTA

Ref.: Concorrência n° 014/2014 – CSL/SECID

....., inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade n°..... e do CPF n°, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Local e data

(identificação e assinatura do representante legal em papel timbrado da empresa)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID**

**CONCORRÊNCIA N° 014/2014 – CSL/SECID
ANEXO XII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

À
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID
NESTA

Ref.: Concorrência n° 014/2014–CSL/SECID

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VI do artigo 18 do Decreto Estadual nº 28.790, de 19 de dezembro de 2012, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local, data e assinatura

(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado da empresa)



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA N° 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

À
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID
NESTA

Ref.: Concorrência n° 014/2014 – CSL/SECID

O signatário da presente, na qualidade de Representante Legal da Empresa _____ declara, sob as penas da lei, nos termos do parágrafo segundo do art. 32 da Lei n° 8.666/93 que, após o seu cadastramento nenhum fato ocorreu que inabilite esta a participar da **Concorrência n° 014/2014 – CSL/SECID**.

Local e data

(identificação e assinatura do representante legal em papel timbrado da empresa)



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL

ANEXO XIV

MODELO DE CARTA PROPOSTA

À
Comissão Setorial de Licitação – CSL/SECID
NESTA

Ref.: Concorrência nº 014/2014 – CSL/SECID

Prezados Senhores,

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 8.666/93 com suas alterações e as cláusulas constantes deste edital.
2. Propomos à Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano pelo preço total a seguir indicado, a execução dos serviços objeto da licitação em epígrafe, obedecendo às estipulações do correspondente Edital deste certame e asseverando que:
 - a) Os serviços deverão ser executados sob condições que atendam às determinações constantes nas Normas de Segurança e Proteção do Ministério do Trabalho.
 - b) Cumpriremos rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a referente à segurança e medicina do Trabalho.
 - c) Assumimos o compromisso de bem e fielmente prestar os serviços, objeto desta licitação.
 - d) Em caso de divergência no preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.
3. Propomos como preço total para a execução dos serviços descritos na **CONCORRÊNCIA 014/2014-CSL/SECID**, nos termos do Anexo I do Edital, o valor de R\$.....(.....), estando já incluídos neste valor todas as despesas com o fornecimento de materiais, equipamentos, tributos, mão-de-obra, e transporte, incidentes direta ou indiretamente na execução dos serviços.
4. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua entrega.
5. O prazo da execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias, a partir da assinatura do contrato.
6. Outras informações: Razão Social da Proponente, Endereço, Telefone, CNPJ Nº....., Inscrição Estadual e inscrição Municipal, se houver, Banco, nome, nº, Agência e Conta corrente.

Local, data e assinatura.

(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação)



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID

ANEXO XV

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Nome Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ.:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
Telefone:	FAX:
Representante Técnico:	

Declaramos para todos os fins de direito que a empresa acima identificada, na pessoa do seu representante técnico, que abaixo assina, portador do CPF _____ e CREA/CAU _____, esteve no local onde será executado a obra de _____, no Município de _____, visitando e tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da _____ nº ____/2014-SECID.

A visita realizada e os elementos técnicos fornecidos (projetos e planilhas) são suficientes para os levantamentos necessários à elaboração da proposta bem como o desenvolvimento dos serviços a serem realizados, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas pela empresa em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços. Não serão aceitas reclamações posteriores sob alegação de aumento de serviços ou serviços e materiais não relacionados no Projeto Básico.

São Luís/MA, _____ de _____ de 2014

Representante Técnico da Empresa

Visto,

Responsável técnico SECID



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL

ANEXO XVI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO 000/2014

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO - SECID E -----, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DORAVANTE PRODUZIDAS:

O ESTADO DO MARANHÃO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO – SECID/MA, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº 10.829.387/0001-47 com sede na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, localizada na Av. Getúlio Vargas nº 1908, Monte Castelo/Canto da Fabril, São Luís/MA, neste ato representada pelo seu **SECRETÁRIO, Antonio Manoel Silvano Neto**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº e RG nº, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa inscrita no CNPJ sob o nº..... estabelecida à Rua, representada por seu(ua), o(a) Sr^{o(a)}, (descrever nome, nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., residente e domiciliado(a) à Rua, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços, tendo em vista o resultado da licitação procedida na modalidade **CONCORRÊNCIA nº 014/2014-CSL/SECID**, oriunda do **Processo Administrativo nº 72262/2014**, Adjudicação nº....., e Homologação datada de/...../....., nos termos da Lei Estadual nº 9.579 de 12/04/2012 e suas alterações, dos Decretos Estaduais nº 28.790 de 19 de dezembro de 2012, e nº 28.905 de 05 de março de 2013, aplicando-se também os procedimentos determinados pela Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993. Mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para implantação de sistema de abastecimento de água completo no Povoado Jacú II no Município de Barreirinhas - MA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram este instrumento, independentemente de transcrição, como se dele parte fizessem:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

- a) Edital da **CONCORRÊNCIA Nº 014/2014 – CSL/SECID e seus Anexos.**
- b) A Proposta da **CONTRATADA**, datada de __/__/2014.
- c) Toda a Correspondência trocada entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nenhuma modificação poderá ser introduzida nas especificações técnicas e em qualquer dos documentos anexos, sem a prévia e expressa autorização por escrito, da **CONTRATANTE**. Também não poderá a **CONTRATADA**, reproduzir ou comunicar a terceiros os documentos técnicos e os anexos, sem o consentimento prévio e escrito da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O regime de contratação dos serviços será sob a forma de execução indireta na modalidade empreitada por preço **GLOBAL** conforme medição mensal.

CLÁUSULA SEGUNDA – É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** o pessoal empregado nos serviços, o qual não terá, com a **CONTRATANTE**, nenhum vínculo empregatício.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Caberá à **CONTRATANTE** exercer a fiscalização em caráter permanente por intermédio de pessoal especializado da SADU/SECID, designado para este mister.
- A **CONTRATANTE** em sua fiscalização terá plena autoridade para suspender os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros e em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da fiscalização.
- Caberá a **CONTRATANTE**, o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão.
- A **CONTRATANTE** indicará um técnico como seu preposto, para exercer as atividades de fiscalização dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Analisar todo o projeto e suas especificações de forma minuciosa de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar a fiscalização, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

- Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernente à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para a SECID.
- Também assim, garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o recebimento definitivo.
- Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação da funcionalidade da obra pela SECID.
- Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, engenheiro responsável com plenos poderes de decisão na área técnica e com registro Junto ao CREA.
- Executar às suas expensas, todos os serviços, que se fizerem necessárias e indispensáveis à execução da obra.
- Está obrigada a colocar e manter no local da obra, placa discriminando o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor, modelo de placa a ser fornecida em conformidade com o modelo em anexo estabelecido pela SECID.
- Caberá à **CONTRATADA** obrigatoriamente afastar imediatamente do serviço e do canteiro de obras, todo e qualquer elemento julgado pela fiscalização com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento dos serviços.
- Todos os veículos, equipamentos, ferramentas, fardas e EPI's necessários à execução dos serviços contratados serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- A **CONTRATADA** deverá proporcionar à fiscalização, amplo acesso a qualquer local dos serviços e facilitar, ainda, os meios no sentido de que a mesma possa exercer suas funções de modo completo, devendo, também, providenciar o imediato atendimento de todas as observações das fiscalizações da SECID.
- Salvo especificações em contrário, todo o material de aterro deverá ser adquirido pela **CONTRATADA**.
- Ficam a cargo da **CONTRATADA**, as despesas com transportes decorrentes da execução dos serviços de preparo do terreno, escavação e aterro. Estes serviços devem ser executados de forma a não causar nenhum transtorno ao tráfego local, assim como não promover nenhuma retenção ou perturbação do trânsito de pedestre e de veículos.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

- A **CONTRATADA** se compromete, na execução deste CONTRATO, a observar todas as leis, bem como a atender o pagamento das despesas decorrentes da aplicação das leis trabalhistas, de seguros, inclusive contra terceiros e demais encargos necessários à execução deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUINTA - Os serviços ora contratados serão executados conforme especificações técnicas estabelecidas pela **CONTRATANTE**, integrantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - A **CONTRATADA** responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita técnica dos serviços, quanto ao processo de aplicação dos materiais, inclusive suas quantidades, competindo-lhe, também, a dos serviços que, não aceitos pela fiscalização da **CONTRATANTE**, devam ser refeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA – Compreendem os serviços necessários à instalação dos trabalhos de campo: transporte, carga, descarga, montagem e desmontagem de equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como, o deslocamento de seu pessoal.

CLÁUSULA OITAVA - Pela perfeita execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor global estimado de **R\$** (.....):

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As despesas decorrentes do presente **Contrato** correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE GESTORA:	12000
PROJETO ATIVIDADE:	3100
FUNÇÃO:	15
SUB-FUNÇÃO:	572
PROGRAMA:	0553
FONTE:	0101000000
PLANO INTERNO:	PRIOR276A
ELEMENTO DESPESA:	4.4.90.00
ITEM:	49000
VALOR:	248.250,07

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **prazo de execução da obra** será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA NONA - Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida no termo de referência e/ou que não seja executado em plena conformidade com ele.

CLÁUSULA DÉCIMA – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data determinada e



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula **EM = I x N x VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;
N = N.º de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento
VP = Valor da parcela em atraso
I = Índice de compensação financeiro = 0,00016438, assim apurado:
 $I = \frac{i}{365} \times N$ $I = \frac{6}{100} \times 365$ $I = 0,00016438 \times 365$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Serão de direta e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**:

- Será por conta da CONTRATADA toda mão-de-obra, obrigações sociais, seguros contra acidentes de trabalho específicos aos serviços, equipamentos de segurança, equipamentos técnicos, enfim, tudo necessário à boa e eficaz execução dos serviços.
- uso indevido de patentes e registros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – **DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES** - Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada, conforme art. 96 da Lei Estadual nº9.579, de 12 de abril de 2012, alterada pela Lei Estadual nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014, as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA:** É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, nos seguintes casos:

- I.1. Quando a licitante atrasar, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- I.2. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- I.3. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- I.4. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;
- I.5. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

II. **MULTA:** É a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pelo CONTRATANTE, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada da seguinte forma:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

II.1. No caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto deste Contrato sujeitará a CONTRATADA a 0,33% (trinta e três por centésimos por cento) ao dia, sobre o valor dos fornecimentos, até o limite de 10% (dez por cento) que deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação, conforme art. 96 da Lei Estadual nº9.579, de 12 de abril de 2012, alterada pela Lei Estadual nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014.

II.2. Nos casos de recusa ou inexecução no cumprimento do objeto deste Contrato sujeitará a CONTRATADA:

a) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente, exceção aos licitantes convocados após o prazo de validade da proposta, conforme § 2º do artigo 96 da Lei Estadual nº9.579, de 12 de abril de 2012, alterada pela Lei Estadual nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

II.3. A multa será formalizada por simples Apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no caso de não pagamento voluntário, no prazo de 2 (dois) dias úteis ira proceder conforme determina o inciso III do artigo 98 da Lei Estadual nº9.579, de 12 de abril de 2012, alterada pela Lei Estadual nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014;

III. **SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com o Estado, de acordo com os prazos a seguir:

III.1 Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

III.1.1 A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

III.2 Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

IV. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para participar de Licitação e assinar contratos com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação.

V. **IMPEDIMENTO** para participar de licitação e assinar contratos com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Sistema de Gerenciamento de Licitações e Contratos - SGC por igual prazo, no caso particular de licitação na modalidade de pregão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções referidas nos incisos “I”, “III”, “IV” e “V”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II”.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A multa a que se refere a alínea “II” será descontada dos pagamentos devidos pela **Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID** ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Após a aplicação de quaisquer penalidades previstas, realizar-se à comunicação escrita à empresa e publicação no Diário Oficial do Estado (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), conforme reza o art. 99 da Lei Estadual nº. 9.579, de 12 de abril de 2012, alterada pela Lei Estadual nº. 9.990, de 13 de fevereiro de 2014.

PARÁGRAFO QUARTO: Compete ao **Fiscal do Contrato** a qual o gerenciamento deste contrato está afeto, a aplicação das penalidades cabíveis, mediante relatório circunstanciado com documentos comprobatórios que justifiquem a proposição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE – À **CONTRATANTE** cabem às prerrogativas instituídas pela Lei Estadual nº9.579, de 12 de abril de 2012, alterada pela Lei Estadual nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014, no seu Artigo 74.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constituem motivos para a rescisão, entre outros os enumerados no artigo 92, § 1º, incisos I a XIII e § 2º e art. 93, da Lei Estadual nº9.579, de 12 de abril de 2012, alterada pela Lei Estadual nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - No ato da assinatura do instrumento contratual, a **CONTRATADA** estabelecida no Estado do Maranhão, deverá apresentar prova de regularidade com a **CAEMA**, através de Certidão Negativa de Débito, conforme Decreto n.º 21.178/2005.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SECID

PARÁGRAFO ÚNICO - A Certidão Negativa de Débito junto a CAEMA contempla os serviços de fornecimento de água e esgotos sanitários. No caso da **CONTRATADA** não utilizar esses serviços, deverá comprovar não possuir inscrição como usuária junto à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA HABILITAÇÃO – A CONTRATANTE manterá durante a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS - A **CONTRATADA** se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até **25%** (vinte e cinco por cento) dos valores inicialmente pactuados, nos termos do artigo 91, § 1º, III da Lei Estadual 9.579, de 12 de abril de 2012, alterada pela Lei Estadual nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO – As alterações contratuais, se houverem, serão formalizadas por termos aditivos, numerados em ordem crescente, e serão exigidas as formalidades do Contrato originalmente elaborado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência deste contrato é de **06 (seis) meses**, contados de sua assinatura ou 15 (quinze) dias com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial, o que ocorrer por último, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO - O resumo deste Contrato assim como os respectivos aditamentos serão publicados pela **CONTRATANTE**, na imprensa oficial, consoante dispõe o artigo 82 da Lei Estadual nº9.579, de 12 de abril de 2012, alterada pela Lei Estadual nº 9.990, de 13 de fevereiro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA – DO FORO - As partes elegem o Foro de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste CONTRATO.

E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Luís (MA), ____ de _____ de 2014

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF

CPF